

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A CEB Participações S.A. apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Registre-se que os signatários das Demonstrações Financeiras e demais peças relativas ao exercício de 2014, assumiram a gestão da CEB Participações S.A. em 27 de janeiro de 2015, portanto, tais demonstrativos foram encerrados ainda sob a orientação da administração que deixou a empresa em 26 de janeiro de 2015.

Ao longo do ano de 2014, a empresa pautou sua gestão em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal e desenvolveu suas atividades balizadas no planejamento estratégico da sua controladora integral, Companhia Energética de Brasília - CEB, atuando de forma a cumprir os seus compromissos de execução orçamentária, visto que suas receitas são, em sua totalidade, originárias de recursos próprios.

A receita da CEB Participações S.A. é proveniente, em sua maior parte, da comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Queimado, complementada por aplicações financeiras, pelos recursos oriundos do contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros prestados para o Consórcio Cemig-CEB, e recebimento de resultados da participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A..

Ademais, no exercício de 2014, foi dada continuidade ao aprimoramento de procedimentos administrativos internos, resultando nas adequações de novas condutas e alteração do quadro de recursos humanos. Nesse contexto, houve ainda, a mudança de endereço da sede da empresa para o Ed. Jade, situado no Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos Sul, Lote 15, Bloco "C", 2º andar, com o objetivo de compor e compartilhar recursos da estrutura de negócios do Grupo CEB.

Por sua vez, a nova administração da CEB Participações S.A., orientada pela sua controladora, nos primeiros meses de 2015 já iniciou o processo de redução de despesas operacionais, atuando em duas frentes: a) adequação dos recursos humanos, uma vez que o quadro funcional foi diminuído de 10 empregados para 4, representando uma redução de custos anual de R\$ 981.856,24; e b) renegociação dos contratos com terceiros, alcançando uma diminuição das despesas anuais correspondente a R\$ 417.901,45.

No decorrer do ano de 2015, medidas adicionais serão implantadas visando o aumento da receita, assim como para assegurar a continuidade da contenção dos custos operacionais. Dessa forma, há a expectativa de que serão alcançados resultados favoráveis no futuro próximo, a serem consolidados no final do exercício.

2 - CONTEXTO ECONÔMICO

O ano de 2014 notabilizou-se pela constatação da ausência de crescimento da economia brasileira (PIB negativo correspondente a 0,1%), além do déficit da balança comercial, assim como inflação de 6,41%, próxima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central de 6,5% (superior em 8% ao índice apurado em 2013), tendo ocorrido, por vários meses, a ultrapassagem desse limite.

De fato, a balança comercial encerrará 2014 com saldo negativo, situação que não acontecia desde o ano 2000, período em que as exportações sempre superaram as importações, enquanto para o corrente ano de 2015, consolida-se no mercado a previsão de um cenário semelhante ao comparado com aquele verificado em 2014, com inflação consistente acima do teto da meta e crescimento zero do PIB.

Particularmente para o setor elétrico, o exercício de 2014 caracterizou-se pela continuidade da escassez de água nos reservatórios das principais usinas hidrelétricas brasileiras; pelas repercussões provocadas pela Medida Provisória Nº 579, posteriormente convertida na Lei Nº 12.783; pelos diversos conflitos regulatórios; e preços com valores elevados no ambiente de liquidação e no mercado de curto prazo, causando prejuízos significativos para as empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Dessa forma, as geradoras de energia elétrica que se submeteram à mencionada lei admitiram a antecipação da renovação de suas concessões e arcarão com os prejuízos decorrentes, uma vez que a receita, que antes era suficiente para cobrir todos os custos oriundos do processo de geração de energia, depreciação e amortização dos ativos, permitindo ainda uma taxa de oportunidade capaz de remunerar adequadamente os investimentos realizados, passou a ser suficiente apenas para cobrir as despesas de operação e manutenção das usinas. Os casos mais notáveis dessas repercussões ocorreram no âmbito da Eletrobrás, que resultaram numa redução do valor de mercado da empresa de cerca de 40%, após as renovações de 67% das suas concessões de geração. Como se não bastasse, o aprofundamento da crise hídrica sinaliza que, no exercício de 2015, é cada vez mais provável a ocorrência de um processo de racionalização do uso de energia elétrica, ou mesmo de racionamento semelhante aquele ocorrido em 2001. Para as empresas geradoras, se tal acontecimento confirmar-se, resultará em redução de receitas e consequentes impactos negativos nas apurações dos resultados das empresas, incluindo as distribuidoras, impondo adversidades aos setores elétrico e produtivo, à economia e à sociedade brasileira, de grandes proporções. Por outro lado, há a expectativa do mercado no sentido da possível revogação ou aprimoramento da Lei Nº 12.783, visando à retomada da confiança dos investidores privados e a atração de capital para o setor elétrico, objetivando a expansão e, consequentemente, o aumento da oferta de energia, na busca de preços justos para os geradores e competitivos para o setor industrial brasileiro. É nessa conjuntura de aprofundamento da crise do setor elétrico e da economia em geral, que a CEB Participações S.A. deve preparar-se para dar continuidade à superação das dificuldades que se avizinharam, nos moldes praticados no exercício findo, com a expectativa de que no futuro próximo, vencida a tormenta não gerenciável, encontraremos condições de contorno empresariais mais favoráveis para alcances dos resultados que projetamos e que justificaram nosso investimento na produção de energia por meio da UHE Queimado e da UHE Corumbá IV.

3 - A CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. foi criada em conformidade com a Lei Distrital Nº 1.788, de 27/11/1997, sendo subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB e sociedade anônima de capital fechado. Com sede e foro na cidade de Brasília-DF, a empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira, nos termos da legislação em vigor.

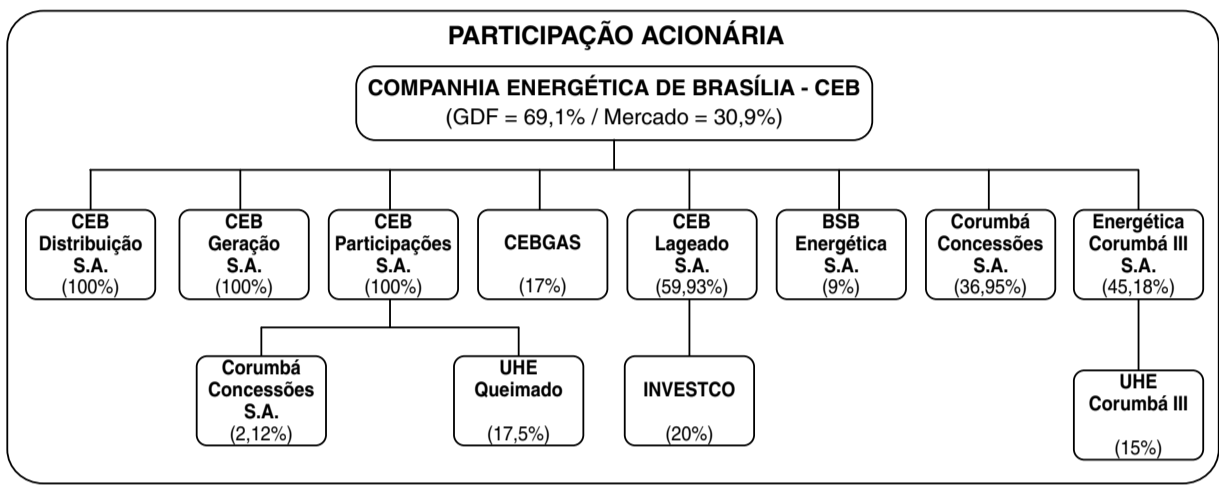
O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira dos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. Pode ainda, participar diretamente ou por meio de consórcio, da exploração de empreendimentos de geração, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Queimado, bem como comercializar a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes dos respectivos contratos de consórcio.

A sua atividade operacional iniciou-se em 13 de janeiro de 2006, por meio do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração ocorrida com a Companhia Energética de Brasília - CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa Nº 318, de 14 de setembro de 2005, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Atualmente, a CEB Participações S.A. detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, que explora a Usina Hidrelétrica de Queimado, com potência instalada de 105 MW, comercializando a sua cota-parte de energia elétrica.

Adicionalmente, a empresa possui participação acionária na geradora Corumbá Concessões S.A. correspondente a 2,34% do total das ações, que tem como empreendimento associado a Usina Hidrelétrica de Corumbá IV.

A ilustração seguinte mostra a posição da CEB Participações S.A. no contexto da controladora Companhia Energética de Brasília - CEB:



4 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A CEB Participações S.A. atua, essencialmente, gerando energia por meio da Usina Hidrelétrica de Queimado, localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unai, no Estado de Minas Gerais e Cristalina, no Estado de Goiás. A energia gerada é comercializada para todas as regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste), enquanto o empreendimento Usina Corumbá IV, relacionado com a Corumbá Concessões S.A., opera no Estado de Goiás, cuja energia produzida é comercializada com a CEB Distribuição S.A..

5 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEB Participações S.A. é administrada por um Diretor-Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, escolhidos pelo acionista controlador, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.

A Diretoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Geral, deliberando com a presença de, pelo menos, 02 (dois) de seus membros, sendo 1 (um), necessariamente, o Diretor-Geral ou seu substituto. As deliberações da Diretoria são adotadas por maioria de votos e registradas em ata.

Por sua vez, Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto de 3 (três) membros efetivos, residentes no País, diplomados em curso universitário ou que tenham exercido, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, função gerencial ou de membro de conselhos fiscais.

Os Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral da CEB Participações, S.A., que fixa a respectiva remuneração, e seus cargos, são exercidos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Acrescenta-se que no ano de 2014, foram realizadas 12 (doze) reuniões do Conselho Fiscal na sede da empresa, tendo como principal agenda, as aprovações dos balanços trimestrais e do balanço do final do exercício.

É relevante destacar ainda, que existe uma estrutura no Consórcio Cemig-CEB, composta por um Conselheiro Titular e um Conselheiro Suplente, indicados pela CEB Participações S.A. no Conselho Deliberativo daquele Consórcio, onde são tratadas questões relacionadas com a Usina Hidrelétrica de Queimado, para deliberação de demandas de interesse do negócio, em conjunto com a Cemig Geração e Transmissão S.A..

Além disso, a CEB Participações S.A. tem assento na Diretoria Administrativo-Financeiro do Consórcio Cemig-CEB, função desempenhada por um de seus Diretores.

6 - NOSSOS NEGÓCIOS

• Consórcio Cemig-CEB

A Companhia Energética de Brasília - CEB celebrou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de Aproveitamento Hidrelétrico e Sistema de Transmissão Associado, CC Nº 006/97, na condição de Produtor Independente, no âmbito do Consórcio Cemig-CEB, em 18 de dezembro de 1997, cabendo à CEB, inicialmente, 35 % das cotas de participação no Aproveitamento Hidrelétrico de Queimado.

Em 2001, a CEB transferiu metade de sua cota parte para CEMIG e, atualmente, a CEB Participações S.A. detém 17,5% de participação nos ativos da usina.

Como mencionado, a Empresa é responsável pela Diretoria Administrativo Financeira, tendo como atribuição supervisionar as áreas administrativa, financeira, contábil e de recursos humanos. Cabe à Cemig Geração e Transmissão S.A. a responsabilidade pela Diretoria de Operação, tendo como atribuições acompanhar as questões operacionais e de manutenção da usina, bem como supervisionar as atividades de meio ambiente. Sobre este último aspecto, em 29 de agosto de 2014 houve a 2ª Renovação da Licença Ambiental de Operação, concedida pelo período de 10 (dez) anos. No que diz respeito às atividades de manutenção corretiva, foi realizada em 2014 a contratação para recuperação de componente mecânico relevante (válvula com travamento ocasionando a perda de água constante) na Usina Hidrelétrica de Queimado, que exigirá investimento da ordem de R\$ 4.379.000,00, a serem desembolsados no primeiro semestre de 2015. O sucesso dessa intervenção melhorará a eficiência da operação, com repercussões favoráveis na apuração dos resultados do negócio (maior geração).

• Corumbá Concessões S.A.

Em 2012, a CEB Participações S.A. aumentou seu percentual de participação nas ações da empresa geradora Corumbá Concessões S.A. em 0,22%, passando de 2,12% para 2,34%.

• FIP - Fundo de Investimentos em Participações BRB Corumbá

A CEB Participações S.A. participa com 5% do Fundo de Investimento em Participação - FIP Corumbá, o qual possui as seguintes características, conforme normas constantes no seu regulamento:

- O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM Nº 391/03, e é destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da Empresa Corumbá Concessões S.A.;

- Seu prazo de duração é de 15 anos, portanto, o resgate se dará a partir de 2019;

- O objetivo do fundo é obter remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especial da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;

- Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% ao ano e é conhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá Concessões S.A., a partir de 2019;

- Em 18 de dezembro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, a maioria dos quotistas participantes do Fundo decidiu pelo resgate de 93,87% das cotas, deixando apenas o percentual de 6,13% do total do fundo para manutenção de despesas;

- A Empresa realizou o resgate de R\$ 9.239.334,67 (nove milhões, duzentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos), valor este que, conforme Resolução de Diretoria Nº 001, de 17 de janeiro de 2013, foi investido em Certificado de Depósito Bancário - CDB e em Certificado de Depósito Interbancário - CDI;

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.168	23.454
Concessionários e permissionários	6	1.613	1.567
Impostos a recuperar	7	165	107
Devedores Diversos			12
Coligada e Controladas	8	70	116
Dividendos a Receber		1	30
Outros créditos		14	10
Fundo de Investimento	9	-	295
		19.031	25.591
Ativo Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Cauções e depósitos vinculados		304	304
Investimentos	10	4.419	6.219
Imobilizado	11	19.028	19.666
Intangível	12	1.494	1.495
		25.245	27.684
Total do ativo		44.276	53.275
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Fornecedores	13	160	191
Folha de pagamento		41	24
Impostos e contribuições sociais	14	286	395
Obrigações estimadas		34	31
Obrigações com acionistas (Dividendos Prop.)		-	1.292
Coligada e Controladas		121	220
Credores Diversos		223	137
		865	2.290
Passivo Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	14	90	100
		90	100
Patrimônio líquido	15		
Capital social		41.270	41.270
Reserva legal		1.554	2.213
Outros Resultados Abrangentes		497	497
Dividendos a Disposição da AGO		-	6.905
		43.321	50.885
Total do passivo e do patrimônio líquido		44.276	53.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Reservas	Lucros/Prejuízos	Dividendos	Outros Resultados		
	Capital Social	de Lucros	adicionais propostos	Abrangentes	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	41.270	5.846	-	744	497	48.357
Dividendos pagos	-	-	-	(744)	-	(744)
Lucro do Exercício	-	-	6.234	-	-	6.234
Constituição de reserva legal	-	311	(311)	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	(3.944)	-	3.944	-	-
Dividendos	-	-	(2.962)	-	-	(2.962)
Dividendos à disposição da AGO	-	-	(2.961)	2.961	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	41.270	2.213	-	6.905	497	50.885
Dividendos pagos	-	-	-	(6.905)	-	(6.905)
Prejuízo do Exercício	-	-	(659)	-	-	(659)
Compensação Prejuízo	-	(659)	659	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	41.270	1.554	-	-	497	43.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
1 - Receitas			3 - Valor adicionado bruto (1-2)	2.980
Venda de Energia Elétrica	13.772	13.176	4 - Retenções	696
Outras Receitas	-	282	Depreciação	696
Prestação de Serviços	640	631		700
	14.412	14.089	5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	2.284
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros			6 - Valor adicionado recebido em transferência	
Serviços de Terceiros	3.325	2.300	Receitas Financeiras	2.146
Material	-	13	Equivalência Patrimonial	(1.737)
Taxa de Fiscalização ANEEL	71	36		409
Câmara de Com. de Energia Elétrica	6.286	2.322		2.698
Custo pelo uso do Sistema de Distribuição	707	856	7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	2.693
Outras Despesas	597	144	Pessoal e Encargos	1.405
Recursos Hídricos	446	363	Despesas Financeiras	3
	11.432	6.034	Impostos, Taxas e Contribuições	1.944
			Lucro/Prejuízo do Exercício	(659)
				6.234
			8 - Valor adicionado total distribuído	2.693
				10.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Finalmente, conforme assembleia realizada na data de 08 de dezembro de 2014, com o término da finalidade proposta do fundo, os cotistas aprovaram por unanimidade a liquidação no âmbito da CVM. Assim, cada cotista resgatou os valores restantes (6,13%) no fundo, correspondente a R\$ 26.809,00.

7 - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A totalidade da energia produzida na Usina de Queimado é comercializada no ambiente regulado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por meio de leilão de energia, onde as partes comercializam suas respectivas cotas.

A CEB Participações S.A. participou do 1º Leilão de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, realizado em dezembro de 2005, com período de suprimento compreendido entre 2008 e 2037.

Resultado do mencionado evento a formalização de 32 (trinta e dois) Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. Como Produtor Independente participante do Sistema Interligado Nacional - SIN e do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, parte de sua energia foi também transacionada no Mercado de Curto Prazo.

Contudo, os dois últimos exercícios foram particularmente desafiadores para os geradores de energia de origem hidráulica, incluindo a CEB Participações S.A.. O baixo nível dos reservatórios forçou a redução dos despacho das hidrelétricas e, praticamente, todas as termelétricas disponíveis foram acionadas, de maneira a assegurar o abastecimento dos consumidores.

Assim, durante meses, as hidrelétricas geraram montantes inferiores à garantia física, fato que reduziu a alocação de energia secundária e, portanto, dificultou as transações no Mercado de Curto Prazo, causando exposições ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. A CEB Participações S.A. recorreu a este mercado adquirindo energia em um montante correspondente a 1,159 MWh médios.

QUADRO I - Energia Comercializada no ACR - 2014

	Montante (MWh)	Preço Médio (R\$/MWh)
1º Semestre/2014	9,079	173,60
2º Semestre/2014	8,922	180,09

8 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

• Adoções das Normas Internacionais de Contabilidade

Os resultados apresentados em 2014 pela CEB Participações S.A. estão de acordo com as novas normas de contabilidade e inseridas no processo de harmonização das normas contábeis brasileiras das normas internacionais (IFRS). Os impactos decorrentes dessas compatibilizações tiveram como principal repercussão a contabilização da participação de CEB Participações S.A. na Corumbá Concessões S.A., realizada pelo MEP - Método de Equivalência Patrimonial, que está detalhada nas notas explicativas das demonstrações financeiras da empresa.

• Prejuízo do Período (R\$ Mil)

A CEB Participações S.A. apresentou no exercício 2014 um resultado negativo de R\$ 659, basicamente em decorrência do custo da energia de curto prazo e também da perda ocasionada na apuração da equivalência patrimonial relativa à participação da empresa por meio de ações na Corumbá Concessões S.A.. Tal prejuízo foi compensado por intermédio da reserva legal constituída em 2013, que manteve o saldo de R\$ 1.554.

A Administração tem a expectativa de que nos exercícios vindouros ocorrerão resultados positivos na Corumbá Concessões S.A., ocasionando no âmbito da CEB Participações S.A. repercussões favoráveis, quando das apurações da equivalência patrimonial ano a ano.

Por outro lado, eventuais necessidades de aquisições de energia de curto prazo decorrentes da crise hídrica que provavelmente persistirá em 2015, dessa vez ocorrerão de acordo com a Decisão da ANEEL (NT Nº 001/2014-ASD-SEM-SRG/ANEEL) que reduziu o teto máximo do valor do Preço da Liquidação das Diferenças - PLD de R\$ 828,00 por MWh para R\$ 388,00 por MWh.

Dessa forma, a combinação desses dois fatores (resultados positivos na Corumbá Concessões S.A. e limitação do preço de liquidação de diferenças), contribuirá para que a CEB Participações S.A. volte às históricas apurações de lucros nos próximos exercícios.

• Composição das Receitas Operacionais (R\$ Mil)

Exercícios	31/12/2014	31/12/2013
Receita Bruta de Venda e Serviços	14.412	14.089
Venda de Energia Elétrica	13.771	13.176
Prestação de Serviços	603	631
Outras Receitas	-	282
Deduções da Receita Operacional	(686)	(729)
PIS	(92)	(102)
COFINS	(426)	(469)
ISS	(32)	(32)
P&D	(136)	(126)
Receita Operacional Líquida	13.726	13.360

• Receita com Suprimento de Energia (R\$ Mil)

A receita de suprimento de energia correspondeu a R\$ 13.771 em 2014, que comparada com o apurado em 2013 (R\$ 13

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1 - Contexto operacional
 A CEB Participações S.A. - CEBPar é uma sociedade anônima de capital fechado cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB (companhia aberta), regida pela Lei 6.404/76 e alterações posteriores. A CEBPar foi constituída em 26 de janeiro de 2000, tem como objeto social comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. De acordo com a cláusula terceira, primeira subcláusula ao segundo termo do Contrato de Concessão nº 06/97 ANEEL - "... A energia produzida pelas concessionárias destina-se à utilização sob o regime de produção independente na proporção da participação de cada uma na formação do consórcio CEMIG-CEB...", desta forma a CEB Participações comercializa a energia produzida na sua cota parte no ambiente regulado sendo inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia (2008-2037). A MP 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. A CEB Participações e a CEMIG GT são cotistas no Consórcio CEMIG-CEB, que é o detentor da concessão. Essa concessão tem validade até 2035, sendo desobrigados o Consórcio CEMIG-CEB e suas cotistas (CEMIG e CEB) a aderirem a tal medida.

2 - Resumo das principais práticas contábeis

2.1 - Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo da análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probenístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 - Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros, títulos e valores mobiliários.

b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia são classificados pelo custo amortizado, que são os mesmos citados abaixo. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e a outros. **2.3 - Caixa e equivalentes de caixa:** Representados pelos saldos de caixa, depósitos bancários e vista e aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas base das demonstrações financeiras.

2.4 - Concessionários e permissionários: Referem-se aos direitos a receber que apresentam saldos de venda de energia elétrica futura aos concessionários de energia elétrica. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.5 - Impostos a recuperar: Representados pelo saldo de créditos de tributos com características de recuperação ou compensação com tributos a recolher. **2.6 - Partes relacionadas:** Estão constituídas pelas operações comerciais de compra e venda de energia elétrica com a CEB Distribuição S.A., adiantamento de dividendos a CEB Energética de Brasília - CEB Holding, investimentos de natureza permanente em Corumbá Concessões S.A., valores a receber referente à prestação de serviços administrativos e financeiros realizados para o Consórcio CEMIG-CEB, e de valor a pagar referente a pessoal requisitado e valores referentes aos repasses de valores de acordo com sua cota parte, dentre outros.

2.7 - Investimentos: As participações societárias permanentes são avaliadas e registradas pelo método de equivalência patrimonial. **2.8 - Imobilizados:** Registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos bens do ativo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, e constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Estas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. A Empresa efetuou a avaliação de seus ativos nos exercícios apresentados e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável. **2.9 - Intangível:** Compreende a concessão para Utilização do Bem Público, que será amortizado durante todo o período da concessão (35 anos). **2.10 - Impostos, taxas e contribuições:** A Empresa é optante pelo lucro presumido. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% com parcela de 8% sobre a receita bruta, acrescido de 10% nos termos da legislação em vigor. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% com parcela de 12%, sobre a receita bruta. Foi publicada em 15 de maio de 2014 a lei 12.973 que altera a legislação tributária federal relativa ao imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei no 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil entre outros. Com a nova lei, a legislação tributária estará alinhada à legislação societária e às normas contábeis internacionais, eliminando o conceito da dupla contabilidade. Para o exercício de 2014 não foi adotada a nova regra o que também não houve reflexo sobre o prejuízo obtido, já em 2015 a Empresa deverá adequar aos padrões que serão obrigatórios. **2.11 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** O regime contábil adotado pela Companhia para registro de suas operações e apuração do seu resultado é o de competência, sendo os bens e os direitos demonstrados pelos valores de custo ou realização e as obrigações por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, até a data do balanço. **2.12 - Operações controladas em conjunto:** Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos por cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais. Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Energética de Brasília - CEB Holding incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais o grupo tenha incorrido participação nas receitas que auferir da operação conjunta (Nota 10.1b). **2.13 - Reconhecimento das receitas e despesas:** As receitas são reconhecidas na extensão em que foi provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. Atualmente as principais receitas da Companhia são as decorrentes da venda de energia e prestação de serviço. A receita pela venda da energia elétrica gerada pela Usina de Queimados, assim como os custos correspondentes decorrentes da geração da energia elétrica, é reconhecida pelo regime de competência, na proporção de sua participação como consorciada, sendo comercializada por meio de contratos bilaterais com comercializadores de energia elétrica. A receita proveniente da prestação de serviços administrativos e financeiros para o Consórcio CEMIG-CEB é reconhecida de acordo com o período de realização dos serviços. A CEB Participações S.A. avaliou os eventos subsequentes até 09 de fevereiro de 2015, que é a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria da Empresa. **2.14 - Informações por Segmento:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Empresa tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas. Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidada. Consequentemente, a Empresa concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de comercialização de energia. **2.15 - Demonstração do Valor Adicionado - DVA:** A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela CEB Participações S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3 - Efeitos dos pronunciamentos técnicos adotados a partir de 2011
 A Companhia adotou os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, descritos a seguir: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. CPC 18 - (R2) - Investimento em Coligada e Controlada - pela Deliberação CVM nº 686, de 2012. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 694, de 2012. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. CPC 20 (R1) - Custos de

Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. CPC 27 - Ativo Imobilizado - aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, adotado em 2011, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2010. A norma define como ativo não circulante imobilizado bens mantidos para uso na produção ou fornecimentos de mercadorias e ou serviços.

4 - Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, de que a Companhia será capaz de satisfazer as condições de pagamento com fornecedores, governo e proporcionar ganhos futuros aos seus acionistas. A Companhia reconhece o prejuízo após os impostos de R\$ 659 mil para o exercício findo de 31 de dezembro de 2014 e, naquela data os ativos circulantes excediam o passivo circulante em R\$ 18.166 mil. No entanto, como ocorreu em 2014, significativos custos com energia elétrica em curto prazo para honrar os contratos com os contratantes serão necessários. Para que a Companhia possa suportar e proporcionar lucro aos acionistas, será adotada uma reestruturação de quadro de pessoal, revisão na contratação de serviços e demais investimentos para garantir a continuidade das atividades da Empresa. A Administração acredita que o pagamento das obrigações ocorrerá conforme contratado e com a decisão da ANEEL (NT nº 001/2014-ASD-SEM-SRG/ANEEL) em reduzir o teto máximo do valor do Preço da Liquidação das Diferenças - PLD no mercado de curto prazo de R\$ 828 por MWh para R\$ 388 por MWh, contribuirá para que a Companhia apresente resultados positivos futuros.

5 - Caixa e equivalente de caixa

O saldo dessa conta, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa e conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, pode ser assim demonstrado:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	2	2
Banco Conta Movimento	-	8
Aplicações Financeiras	17.166	23.444
Total	17.168	23.454

6 - Concessionários e permissionários

	31/12/2014	31/12/2013
CPFL Paulista	166	190
CELESC	322	314
ELETROPAULO	131	122
Diversas concessionárias	994	941
Total	1.613	1.567

7 - Impostos a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
PIS	14	-
COFINS	64	-
IRPJ	40	40
CSLL	3	4
IRRF S/Aplicação Financeira	44	63
Total	165	107

8 - Coligadas e Controladas

	31/12/2014	31/12/2013
Consórcio CEMIG - CEB	70	116
Total	70	116

Refere-se ao valor do serviço prestado pela CEB Participações contratada pelo Consórcio CEMIG-CEB para execução dos serviços administrativos.

9 - Fundo de Investimento - Curto Prazo

	31/12/2014	31/12/2013
Fundo de Investimento em Participação Corumbá - FIP	-	295
Total	-	295

O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM nº 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.: • O objetivo do fundo foi remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos; • Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% a.a e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV. • Conforme Assembleia realizada na data de 08 de dezembro de 2014, pelo fim da finalidade proposta do fundo os cotistas aprovaram por unanimidade a liquidação do fundo na CVM até a data de 19/12/2014. Assim cada cotista reagrou através de cessão de ativos os valores restantes no fundo.

10 - Investimento

As principais informações sobre os investimentos da empresa podem ser resumidas como segue:

a) Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial

	31/12/2014	31/12/2013
Corumbá Concessões	4.418	6.219
Total	4.418	6.219

A Corumbá Concessões S.A. foi fundada em 06 de setembro de 2000, com o objetivo de construir o Aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá IV, localizado no Rio Corumbá Concessões S.A., no município de Luziânia-GO, com prazo de duração de 35 anos, podendo ser prorrogado caso o contrato de concessão também seja prorrogado. O projeto AHE CORUMBÁ IV, produtor independente de energia elétrica, é uma usina hidrelétrica com potência instalada de 127 MW, resultado do Contrato de Concessão nº 93/2000-ANEEL. A concessionária entrou em atividade operacional a partir de 01 de abril de 2006. CEBPar possui 2,1200% de participação acionária nas operações de Corumbá. Em outubro de 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A. se reuniram em assembleia geral extraordinária e aprovaram e formalizaram a opção de compra da totalidade das ações preferenciais nominativas classe "B" de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB Corumbá. Após a aquisição, estas ações foram contabilizadas na Coligada na rubrica de Ações em Tesouraria e gerou alteração na estrutura societária da Coligada, desta forma, a participação da empresa na Coligada passou de 2,1200% para 2,3461% gerando um ganho na variação na Equivalência Patrimonial de R\$ 497 mil, registrado no Patrimônio Líquido como Outros Resultados Abrangentes. Em 31 de dezembro de 2011 a avaliação era pelo custo histórico, a partir de março de 2012 começou a ser avaliada pelo Método de Equivalência Patrimonial, para adequação ao procedimento utilizado na CEB - Companhia Energética de Brasília.

	Patrimônio Líquido	Participação % Capital Social	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013
Investimento Avaliado pelo MEP	188.315	2,3461	4.418	6.219

	Saldo em 31/12/2013	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2014
Movimentação do Investimento	6.219	(1.737)	(64)	4.418
Corumbá Concessões S.A.	6.219	(1.737)	(64)	4.418
O investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) apresentou saldo de R\$ 4.418 mil, considerando o patrimônio líquido de R\$ 188.315 mil da Corumbá Concessões S.A. Operações Controladas em Conjunto: A Companhia possui operações em conjunto com a CEMIG S.A. no Consórcio UHE Queimados e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:				
Contas Patrimoniais	31/12/2014	31/12/2013		
Caixa e Equivalentes de Caixa	447	442		
Outros Créditos	556	2.239		
Imobilizado/Intangível	116.669	120.556		
Total de Ativos	117.672	123.236		
Fornecedores	898	3.887		
Tributos e Contribuições Sociais	65	111		
Outras Obrigações	6.404	5.365		
Patrimônio Líquido	110.305	113.873		
Total Passivo + Patrimônio Líquido	117.672	123.236		

11 - Imobilizado

Em atendimento ao NBC TG 27 que trata do Ativo Imobilizado, a Companhia reconheceu no seu ativo não circulante imobilizado os bens na proporção de sua participação no Consórcio CEMIG - CEB UHE Queimados, anteriormente classificados como ativo não circulante investimento.

Composição do Imobilizado:

	Taxa Deprec.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido em 31/12/2014	Líquido em 31/12/2013
IMOBILIZADO EM SERVIÇO - GERAÇÃO	25.307	(7.060)	18.247	18.901	
Terenos	-	949	0	949	949
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2 e 4	11.033	(2.572)	8.461	8.703
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2 e 4	4.913	(1.601)	3.312	3.446
Máquinas e Equipamentos	3 e 10	8.397	(2.877)	5.520	5.797
Móveis e Utensílios	6 e 10	15	(10)	5	6
IMOBILIZADO EM SERVIÇO - SERVIÇO - TRANSMISSÃO	942	(268)	674	700	
Máquinas e Equipamentos	3 e 10	942	(268)	674	700
IMOBILIZADO EM SERVIÇO - ADMINISTRAÇÃO	213	(106)	107	65	
Máquinas e Equipamentos	16,67	104	(35)	69	25
Veículos	14,25	57	(51)	6	8
Móveis e Utensílios	6,25	52	(20)	32	32
TOTAL	26.462	(7.434)	19.028	19.666	

Movimentação do Imobilizado

	Taxa Deprec.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido em 31/12/2014	Líquido em 31/12/2013
IMOBILIZADO EM SERVIÇO - GERAÇÃO	18.901	-	(654)	18.247	
Terenos	-	949	-	949	949
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2 e 4	8.703	-	(242)	8.461
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2 e 4	3.446	-	(134)	3.312
Máquinas e Equipamentos	3 e 10	5.797	-	(277)	5.520
Móveis e Utensílios	6 e 10	6	-	(1)	5
IMOBILIZADO EM SERVIÇO - SERVIÇO - TRANSMISSÃO	700	-	(26)	674	
Máquinas e Equipamentos	3 e 10	700	-	(26)	674
IMOBILIZADO EM SERVIÇO - ADMINISTRAÇÃO	65	58	(16)	107	
Máquinas e Equipamentos	16,67	25	56	(12)	69
Veículos	14,25	8	-	(2)	6
Móveis e Utensílios	6,25	32	2	(2)	32
TOTAL	19.666	58	(696)	19.028	

	31/12/2014	31/12/2013
Usinas	1.494	1.495
Total	1.494	1.495

13 - Fornecedores

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores diversos	160	191
Total	160	191

14 - Impostos e Contribuições Sociais

	31/12/2014	31/12/2013
Passivo Circulante		
ISS	6	6
IRPJ	90	211
Retenções PIS, COFINS, CSLL	7	2
IRRF	17	14
CSLL	82	90
PIS	9	10
COFINS	41	47
INSS	34	15
Subtotal	286	395

Passivo Não Circulante

IRPJ	48	58
CSLL	30	30
COFINS	10	10
PIS	2	2
Subtotal	90	100
Total	376	495

15 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	31/12/2014	31/12/2013
Capital Social	41.270	41.270
Reserva Legal	1.554	2.213
Outros Resultados Abrangentes	497	497
Dividendos a Disposição da AGO	-	6.905
Total	43.321	50.885

O Capital Social no valor de R\$ 41.270 mil pertence integralmente a Companhia Energética de Brasília - CEB, dividido em 41.270.415 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme art. 5º de seu Estatuto Social.

16 - Receita operacional líquida

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Receita Bruta de Venda e Serviços	14.412	14.089
Venda de energia elétrica	13.772	13.176
Prestação de Serviços	640	631
Outras Receitas	-	282
Dedução da receita operacional	(686)	(729)
PIS	(92)	(102)
COFINS	(426)	(469)
ISS	(32)	(32)
P&D	(136)	(12